

## As tendências educacionais politizadoras do processo inclusivo: acertos e desacertos

Sandra C. L. VELLOSA<sup>1</sup>

Luci P. MANZOLI<sup>2</sup>

**Resumo:** Adentrando-se no século XXI, o processo inclusivo de alunos com necessidades educacionais especiais na rede regular de ensino foi se intensificando significativamente. Ressalta-se então uma grande variedade de documentos importantes, reafirmando o direito a todos para uma educação básica de qualidade, bem como o incentivo para a elaboração de projetos voltados para a política de inclusão. Diante do exposto, o presente trabalho teve por objetivo realizar um estudo na rede Municipal de Araraquara S.P, visando conhecer a evolução do número de alunos com necessidades educacionais especiais que foram atendidos pelo Programa de Educação Especial. Pretendeu-se conhecer o número de atendimentos a esses alunos no decorrer de um período de cinco anos, (de 2002 a 2007), por acreditar que os cinco primeiros anos de sua implantação são de grande importância para avaliação e reavaliação dos serviços. Portanto, a partir desse período, os objetivos encontram-se mais consolidados, podendo trazer melhores contribuições de como essa rede está organizada em seu serviço especial, na ação de uma gestão educacional e na viabilização de projetos políticos pedagógicos que vão ao encontro dessa nova filosofia educacional.

**Palavras-chave:** educação; inclusão; gestão; projetos.

Adentrando-se no século XXI, o processo inclusivo de alunos com deficiência na rede regular de ensino foi se intensificando significativamente conforme registram os dados do Censo Escolar apresentados pelo Ministério da Educação e Cultura – MEC no ano de 2006.

---

<sup>1</sup> Velloso, Sandra Cristina Lúcio (Departamento de Didática – Faculdade de Ciências e Letras – Câmpus de Araraquara – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP) – Doutoranda em Educação Escolar;

<sup>2</sup> Manzoli, Luci Pastor (Departamento de Didática – Faculdade de Ciências e Letras – Campus de Araraquara – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP) – Docente. E-mail: sandralucio@com.br

Para uma melhor elucidação a respeito desta temática, considera-se de grande relevância situar ainda que brevemente, algumas considerações sobre o processo histórico que permeou a educação dessas pessoas.

Os registros nos mostram que a deficiência é um fenômeno que sempre existiu, trazendo consigo mitos, falsos conceitos, preconceitos, resistências, rejeição social, dentre outros, culminando em tratamentos diferenciados de acordo com as raízes históricas e culturais em que estavam inseridas.

Conforme consta na bibliografia consultada, (Silva 1987, Pessotti,1984, dentre outros), em períodos que antecederam o cristianismo, essas pessoas eram consideradas sub-humanas, desprovidas de qualquer tipo de capacidade, não possuidoras de alma e, portanto, eram fadadas à eliminação ou ao abandono.

Segundo Pessotti (1984, p.4) “graças a doutrina cristã os deficientes começam a escapar do abandono ou da ‘exposição’, uma vez que, donos de uma alma, tornam-se pessoas e filhos de Deus, como os demais seres humanos”.

Na Idade Média, mesmo com toda a condenação da igreja em relação ao infanticídio, preservava-se as concepções místicas a respeito das pessoas com deficiência, considerando-as seres possuidores de espíritos maléficos. ((Pessotti,1984, Silva 1987).

No final da Idade Média, esses conceitos negativos foram sendo substituídos por explicações mais científicas através de estudos da área médica, trazendo, portanto, um modelo mais clínico para se compreender as deficiências. Neste sentido, surgiram os orfanatos, asilos, hospitais e similares, em geral de caráter filantrópico para abrigar e atender as necessidades básicas dessas pessoas. (Botura, 2006, Silva,1984, Pessotti,1984).

De acordo com Mazzotta (1996, p.16), “a falta de conhecimento sobre as deficiências em muito contribuiu para que as pessoas portadoras de deficiência, por ‘serem diferentes’, fossem marginalizadas, ignoradas”. Ainda de acordo com o autor, até o século XVIII, não se possuía uma compreensão mais realística do conceito de diferenças individuais.

Na idade contemporânea, final do século XVIII, início do século XIX, deu-se início ao “período da institucionalização especializada de pessoas com deficiência, e é a partir de então que pode considerar ter surgido a Educação

Especial” (Botura, 2006, p.20). E como essas pessoas eram consideradas sem nenhuma condição de aprendizagem e desprovidas de direitos para freqüentar o ensino público regular, as instituições foram se multiplicando e praticamente constituíram um sistema paralelo, com atendimentos especiais fora do sistema educacional regular.

Segundo Mazzotta (1996), até o final do século XIX, encontrou-se diferentes tipos de terminologias para referir-se à educação dessas pessoas como: “Pedagogia de Anormais, Pedagogia Teratológica, Pedagogia Curativa ou Terapêutica, Pedagogia da Assistência Social, Pedagogia Emendativa” (P.17), e isto também se aplicava aos atendimentos oferecidos como: “abrigo, assistência, terapia” (p.17) e outros do gênero.

Na segunda década do século XX, com a elaboração do “Código de Educação” ocorrida no ano de 1933, instituída pelo Decreto 5.881 de 21 de Abril desse mesmo ano, “dimensionou os aspectos filosóficos, sociais e técnicos, estabelecendo que a Educação Especializada se daria no contexto da escola pública” Botura (2006, p.38).

Sob essa ótica, observa-se na Lei Federal n.4.024 de 20 de Dezembro de 1961, que estabelece em seu artigo 88 “que a educação de excepcionais deve no que for possível, enquadrar-se no sistema geral de educação, a fim de integrá-los na comunidade”.

O mesmo se observa na Lei 5692/71, criada em 11 de Agosto de 1971, a educação especial é citada novamente conforme consta nos termos do artigo 9, “assegurando tratamento especial aos alunos que apresentam deficiências físicas ou mentais”...

Com o surgimento e expansão das escolas especiais e das classes especiais integradas nas escolas públicas junto ao ensino regular, sendo essas amplamente expandidas na década de 1970, bem como uma maior ênfase na obrigatoriedade escolar, as crianças com deficiência tiveram atendimento educacional com estrutura curricular e administrativa diferenciada, visando ir ao encontro de suas necessidades e características de aprendizagem, com a denominação de alunos excepcionais.

A partir daí confere-se progressivas mudanças no âmbito político-administrativo e educacional, com a criação de Centros, Coordenadorias e Secretarias, bem como a reorganização de suas estruturas quando necessário,

visando promover e garantir um melhor atendimento educacional aos alunos com deficiência.

Na Constituição de 1988, também se encontra menção de artigos e incisos dispondo sobre “a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiências e sobre a promoção de sua integração à vida comunitária”. (Carvalho, 1998, p.92). A autora chama a atenção de que o termo excepcional utilizado por longo tempo foi substituído por uma expressão mais adequada como pessoas portadoras de deficiência, tornando-se bastante difundida na literatura da década de 1980.

Seguindo mais adiante, a Conferência Internacional de Salamanca ocorrida no ano de 1994, tornou-se um marco histórico no sentido de reafirmar o compromisso de uma educação igualitária, obrigatória, integradora, acolhedora para todos independentemente das “dificuldades ou diferenças individuais”. Isso é reafirmado em um de seus princípios ao constar que:

Ainda conforme a Conferência Internacional de Salamanca (1994: p. 04)

as escolas regulares com tal orientação inclusiva constituem os meios mais eficazes de combater atitudes discriminatórias, criando comunidades acolhedoras, construindo uma sociedade inclusiva e alcançando a educação para todos; além disso, tais escolas provêm uma educação efetiva à maioria das crianças e aprimoram a eficiência e, em última instância, o custo de todo o sistema educacional.

Nesse sentido, a denominação anterior atribuída a essas pessoas, foi substituída pelo termo necessidades especiais para referir não somente as que possui deficiência, mas para todas as condições atípicas, agravadas ou não que provocam a exclusão, segregação e preconceito. E o termo necessidades educacionais especiais, entendendo o processo educacional presente no contexto escolar.

Debruçando-se na leitura dos documentos expedidos pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC), principalmente sobre a Política Nacional de Educação Especial (MEC, n.1, 1994, p. 22), fica constatada a elucidação do que se entende por pessoa com necessidades educacionais especiais,

a que apresenta em caráter permanente ou temporário, alguma deficiência física, sensorial, cognitiva, múltipla,

condutas típicas ou ainda altas habilidades. Necessita de recursos especializados para desenvolver mais plenamente o seu potencial e/ou superar ou minimizar suas dificuldades. No contexto escolar costumam ser chamadas de pessoas portadoras de necessidades educacionais especiais (MEC, 1994, p.22).

Na LDB 9394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação observa-se em seus artigos 58, 59 e 60 a reafirmação de que o sistema educacional deve assegurar “atendimento preferencialmente no ensino regular, bem como dispor de serviços de apoio especializado para atender as peculiaridades da clientela de educação especial”

A partir do ano 2000, ressalta-se uma grande variedade de documentos importantes tais como decretos, emendas, propostas curriculares, diretrizes nacionais dentre outros que foram e continuam sendo expedidos pelos órgãos governamentais reafirmando o direito a todos para uma educação básica de qualidade, bem como o incentivo para a elaboração de projetos voltados para a política de inclusão.

Diante do exposto até então, a educação especial necessitou de redirecionamentos tendo agora como função, oferecer o necessário suporte para as classes do ensino regular, para que a educação inclusiva se concretize realisticamente na prática e não apenas nos termos da lei.

De acordo com o MEC (2001), o processo inclusivo é parte integrante da Educação Especial, sendo esta definida como:

[...] modalidade de educação escolar; processo educacional definido em uma proposta pedagógica, assegurando um conjunto de recursos e serviços educacionais especiais, organizados institucionalmente para apoiar, complementar, suplementar e, em alguns casos, substituir os serviços educacionais comuns, de modo a garantir a educação escolar e promover o desenvolvimento das potencialidades dos educandos que apresentam necessidades educacionais especiais, em todos os níveis, etapas e modalidades da educação. (BRASIL, 2001, p. 18)

Veja-se, portanto, que o objetivo desses recursos e serviços de apoio pedagógico especializado, é apoiar, complementar e suplementar os serviços educacionais comuns conforme consta nas Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (2001), sendo eles:

Classes comuns: serviço que se efetiva por meio do trabalho de equipe, abrangendo professores da classe comum e da educação especial, para o atendimento às necessidades educacionais especiais dos alunos durante o processo de ensino e aprendizagem. Pode contar com a colaboração de outros profissionais, como psicólogos escolares, por exemplo.

Salas de recursos: serviço de natureza pedagógica, conduzido por professor especializado, que suplementa (no caso dos superdotados) e complementa (para os demais alunos) o atendimento educacional realizado em classes comuns da rede regular de ensino. Esse serviço realiza-se em escolas, em local dotado de equipamentos e recursos pedagógicos adequados às necessidades educacionais especiais dos alunos, podendo estender-se a alunos de escolas próximas, nas quais ainda exista esse atendimento. Pode ser realizado individualmente ou em pequenos grupos, para alunos que apresentem necessidades educacionais especiais semelhantes, em horário diferente daquele em que freqüentam a classe comum.

Itinerância: serviço de orientação e supervisão pedagógica desenvolvida por professores especializados que fazem visitas periódicas às escolas para trabalhar com os alunos que apresentem necessidades educacionais especiais e com seus respectivos professores de classe comum da rede regular de ensino.

Professores-intérpretes: são profissionais especializados para apoiar alunos surdos, surdos-cegos e outros que apresentem sérios comprometimentos de comunicação e sinalização.

Classe hospitalar: serviço destinado a prover, mediante atendimento especializado, a educação escolar a alunos impossibilitados de freqüentar as aulas em razão de tratamento de saúde que implique permanência prolongada em domicílio.

Ambiente domiciliar: serviço destinado a viabilizar, mediante atendimento especializado, a educação escolar de alunos que estejam impossibilitados de freqüentar as aulas em razão de tratamento de saúde que implique permanência prolongada em domicílio. (BRASIL, 2001, p. 23)

Levando-se em conta que cada sociedade se organiza e se constitui de acordo com os ideais e concepções que permeiam o momento histórico, a Prefeitura de Araraquara procurando atender as determinações expedidas por leis e ou decretos, criou no ano de 1965 a primeira classe especial para atender alunos com deficiência mental com idade variando de 03 a 12 anos, em um Parque Infantil. Após essa, muitas outras foram criadas, e com o decorrer do tempo, esses Parques foram reorganizados e denominados Centros de Educação e Recreação (CERs).

De maneira progressiva, deu-se a criação de um Programa de Educação Especial que contava com um professor especializado, uma fonoaudióloga e

uma psicóloga. Também, passou-se a exigir professores com formação específica para atender os diversos tipos de deficiências, bem como a elaboração de Propostas Pedagógicas específicas para a Educação Especial e atendimentos a alunos que frequentavam o ensino comum, mas que apresentavam alguma dificuldade que impedia uma aprendizagem normal.

No ano de 1996, deu-se início ao Ensino Itinerante, o qual o professor especializado vai até o local onde o aluno se encontra, seja residência, hospital ou escola para atendê-lo e oferecer orientação ao seu responsável.

Com a municipalização do ensino fundamental, implementada nessa rede no ano de 1998, novas reorganizações de serviços de apoio educacional aconteceram visando suprir, complementar e suplementar os serviços educacionais comuns. O Programa de Educação Especial foi se ampliando formando um quadro de profissionais para atender não somente aqueles com deficiência, mas todos aqueles que apresentassem necessidades educacionais especiais.

Nesse sentido, Rodrigues (2006) relata que a Educação Especial, através de sua nova concepção, perpassa e complementa as etapas da educação básica por ser uma modalidade de atendimento, mas que não constitui um nível de ensino. Por esse motivo, os alunos com necessidades educacionais especiais que se encontram em idade estipulada para cursar o ensino fundamental, não podem freqüentar unicamente os serviços de Educação Especial, eles devem obrigatoriamente, estar matriculados e freqüentando o sistema educacional comum.

Para Sassaki, as necessidades especiais podem resultar de condições atípicas como:

deficiências mental, física, auditiva, visual e múltipla, autismo, dificuldades de aprendizagem, insuficiências orgânicas, superdotação, problemas de conduta, distúrbios de déficit de atenção com hiperatividade, distúrbio obsessivo compulsivo, síndrome de Tourette, distúrbios emocionais, transtornos mentais (SASSAKI, 1997, p.16).

Ainda segundo o autor (p.16), outras condições como “trabalho infantil, prostituição e privação cultural, assim como pobreza, desnutrição, saneamento precário e abuso persistente e severo’ contra crianças e falta de estímulo do ambiente e de escolaridade”.

De acordo com Stainback (1999), as salas de aulas inclusivas devem comportar-se por uma filosofia segundo a qual todos os alunos podem aprender e fazer parte da vida escolar e comunitária, a diversidade passa a ser valorizada e com maiores oportunidades para a aprendizagem e convívio social.

Diante do exposto, o presente trabalho teve por objetivo realizar um estudo na rede Municipal da cidade de Araraquara S.P, visando conhecer a evolução do número de alunos com necessidades educacionais especiais que foram atendidos pelo Programa de Educação Especial através dos seus serviços pedagógicos complementares como ensino itinerante, professor intérprete, sala de recurso e sala comum. Pretendeu-se conhecer o número de atendimentos a esses alunos no decorrer de um período de seis anos, ou seja, de 2002 a 2007, por acreditar que os cinco primeiros anos de sua implantação são de grande importância para avaliação e reavaliação dos serviços. Portanto, a partir desse período, os objetivos encontram-se mais consolidados, podendo trazer melhores contribuições de como essa rede está organizada em seu serviço especial, na ação de uma gestão educacional e na viabilização de projetos políticos pedagógicos que vão ao encontro dessa nova filosofia educacional.

Os procedimentos para a coleta dos dados seguiu a seguinte linha de ação: primeiramente foi solicitado autorização junto a secretaria de educação especial para obter acesso nos arquivos e realizar entrevistas informais com os seus representantes, para sanar dúvidas e obter informações adicionais. Após a permissão, passou-se a realizar consulta nos arquivos coletando dados que interessassem às pesquisadoras. Esses foram organizados e colocados em um quadro mostrando o processo evolutivo do período citado, conforme apresentado abaixo.

**Quadro 1. Quadro evolutivo dos atendimentos de alunos com necessidades educacionais especiais junto aos serviços de apoio especializado da rede municipal de Araraquara, S.P., nos anos de 2002 a 2007.**

Ano	2002	2003	2004	2005	2006	2007	Total
Número de atendimentos	120	147	217	210	173	238	1105



Fonte: Secretaria da Educação do Município de Araraquara, S.P

Os dados obtidos mostram que os atendimentos oferecidos pelo serviço de educação especial junto aos alunos com necessidades educacionais especiais no citado ensino cresceu nos anos de 2003, 2004 e 2007 e decresceu nos anos de 2005 e 2006. Entre 2002 e 2007 houve um crescimento de quase 100% nos atendimentos. O quadro abaixo mostra a porcentagem da variação dos atendimentos nos anos do período.

Transição	2002/2003	2003/2004	2004/2005	2005/2006	2006/2007
Porcentagem	22,5%	47,6%	-3,2%	-17,6%	37,6%

Somando-se o período de 2004 a 2007, essa rede atendeu através dos serviços da educação especial, um total de 1105 alunos que apresentavam algum tipo de dificuldade que os impediam de aprender da mesma forma que os seus pares considerados normais.

Entre os anos de 2004 a 2006, houve uma queda nos atendimentos e de acordo com os dados obtidos na coleta, esta se deu por vários motivos: transferência de alunos que terminaram o ensino fundamental 1ª a 4 série do ensino municipal e deram continuidade nas escolas da rede estadual próximas às suas casas, outros por mudança de cidade e outros ainda, pelo fato de apresentarem significativas melhoras, superando a dificuldade apresentada, receberam dispensa do serviço, mas tiveram acompanhamento através de orientação oferecida pelos serviço de educação especial aos seus professores.

Diante dos dados apresentados podemos citar Cassassus (2002), ao discutir que a cultura organizacional deve ser trabalhada, portanto, as relações humanas se intensificam a partir do momento em que há uma aceitação maior por parte do docente e dos próprios colegas de classe com relação ao aluno com necessidades educacionais especiais. Continua o autor argumentando que a cultura da escola encontra-se voltada para o campo da organização educacional, principalmente com relação as normas de seu funcionamento e deve ser assegurado o oferecimento de uma adequada acessibilidade a todos.

Neste sentido, os novos paradigmas indicam que as instituições educacionais devem adequar-se às necessidades específicas de seus alunos para garantir o princípio de igualdade, equidade e justiça social.

Cassassus (2002) ressalta que, quando se fala em gestão educacional, não há como se pensar no papel estratégico que se deve ter um gestor, sob a ressalva de vias de uma melhor organização dentro do sistema de ensino, principalmente quando o gestor educacional adquire a função de promover a preparação da equipe de forma que receba a todos os alunos, indistintamente.

Neste caso, é papel do gestor priorizar o acesso desses alunos com necessidades educacionais especiais, visando o favorecimento do material escolar, da merenda e, principalmente, da questão do transporte escolar, respeitando os direitos já adquiridos por lei.

De acordo com a Declaração de Salamanca (1994), os diretores de escola têm a responsabilidade especial de promover atitudes positivas através da comunidade escolar promovendo cooperação efetiva entre todos os professores. O supervisor escolar também exerce papel importante dentro do sistema educacional, que é estimular e dar sustentação para que as escolas possam desenvolver um trabalho pedagógico de qualidade.

Segundo Krawczyk e Vieira (2006), o ensino durante muito tempo, era trabalhado por meio de uma gestão totalmente homogênea, pois era ministrado em condições pelos quais os professores acreditavam que seus alunos, por estarem matriculados em uma mesma série, também deveriam se encontrar no mesmo nível de aprendizagem escolar, ou seja, a sua aprendizagem também seria homogênea, ocorrendo com isso, um número bastante significativo de repetências e evasão escolar.

Conforme citam Krawczyk e Vieira (2006), a gestão escolar passa a sentir a importância que o alunado tem sobre o papel da escola e passa então a olhar um pouco mais para a heterogeneidade dos mesmos; uma vez que não existe uma homogeneidade entre os alunos dentro das salas de aulas.

Considera-se relevante citar que em gestões heterogêneas, sobressai-se o respeito à diversidade intelectual e cultural dos alunos, criando-se um ensino que procura atender às necessidades de cada um.

Neste sentido, os alunos que apresentam necessidades educacionais especiais são incluídos na credibilidade de que o papel da escola é atender a todos indistintamente, oferecendo a garantia de conhecimentos a fim de se tornarem bons cidadãos e serem inseridos no mercado de trabalho.

Mas este ainda vem a ser um caminho bastante árduo no qual os alunos com necessidades educacionais especiais têm a percorrer, pois, segundo Frigério (2002), as instituições educacionais não são fenômenos totalmente previsíveis, pois há fortes indícios de que elas ainda trabalham e muito no campo da história passada. Desta forma, enquanto cidadãos de uma sociedade que se pretende democrática, temos que propugnar por uma educação de qualidade para todos, sendo preciso ir além dos ideais proclamados e das garantias legais, procurando conhecer o mais profundamente possível as condições reais dos alunos e, sanando o máximo possível, o preconceito/segregação de que se apropriou a visão sobre as pessoas que portavam algum tipo de deficiência em tempos anteriores.

Os dados aqui apresentados mostram que os serviços prestados aos alunos com necessidades educacionais especiais na rede Municipal de Araraquara embora com mudança que ainda que se tem a percorrer, é um processo que está encaminhando para oferecer uma educação libertária para que esses alunos possam no futuro, desempenhar seus direitos e deveres de cidadãos e com plena participação no mercado de trabalho.

Segundo Krawczyk e Vieira (2006), por um bom tempo, o ensino era trabalhado por meio de uma gestão totalmente homogênea, pois era ministrado em condições pelos quais os professores acreditavam que seus alunos, por estarem matriculados em uma mesma série, também deveriam se encontrar no mesmo nível de desenvolvimento.

Ainda de acordo com os citados autores, nesse tipo específico de gestão, o ensino era oferecido de igual valia para aqueles alunos da qual se considerava estar no mesmo processo de ensino-aprendizagem, o que, na realidade, não ocorria.

Sob essa ótica, quando se pensava em uma gestão homogênea, acreditava-se que todos os alunos pelo fato de dividirem o mesmo espaço físico de sala de aula, e o mesmo atendimento pedagógico, a sua aprendizagem também seria homogênea, ocorrendo com isso, um número bastante significativo de repetências e evasão escolar.

Conforme citam Krawczyk e Vieira (2006), a gestão escolar passa a sentir a importância que o alunado tem sobre o papel da escola e passa então

a olhar um pouco mais para a heterogeneidade dos mesmos; uma vez que não existe uma homogeneidade entre os alunos dentro das salas de aulas.

Considera-se imprescindível registrar aqui que, em gestões heterogêneas, sobressai-se o respeito à diversidade intelectual e cultural de seus alunos, criando-se portanto, um ensino que procure atender às necessidades de cada um em particular, seja ele um aluno pertencente ao processo inclusivo ou não.

Sob essa ótica, os alunos que apresentam necessidades educacionais especiais são incluídos na credibilidade de que o papel da escola é atender a todos indistintamente, oferecendo a garantia de conhecimentos a fim de se tornarem bons cidadãos e serem inseridos no mercado de trabalho.

## Referências

AMARAL, L. A. **Pensar a diferença/deficiência**. Brasília: Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, 1994.

ADRIÃO, Theresa. *Novos padrões de gestão para a educação: em busca de novos referenciais?* In: Adrião, T, **Educação e produtividade: a reforma do ensino paulista e a desobrigação do Estado**. Editora Xamã, 2006.

ARARAQUARA. Prefeitura do Município. **Proposta Pedagógica para a Educação Especial**. Secretaria de Educação e Cultura. Araraquara, 1996.

BRASIL, Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa portadora de Deficiência (CORDE). **Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais**. Brasília, D. F., 1994.

Botura, G. C. B. Resgate Histórico da Educação Especial em Instituições Filantrópicas e Rede Pública na cidade de Ribeirão Preto- S.P. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós –Graduação Escolar. Faculdade de Ciências e Letras- Araraquara, S.P, 2006.

BRASIL. Secretaria de Educação Especial. **Expansão e melhoria da Educação Especial nos municípios brasileiros/MEC/SEESP**. Séries Diretrizes n 04. Brasília: SEESP, 1998.

CARVALHO, R. E. **A política da educação especial no Brasil**. In: Tendências e desafios da educação especial. Brasília, MEC/SEESP, 1994. (Série Atualidades Pedagógicas; 1). P. 125-137.

CARVALHO, R. E. **Removendo barreiras para a aprendizagem: educação inclusiva**. Porto Alegre: Mediação, 2000.

CARVALHO, R. E. **A nova LDB e a Educação Especial**. Rio de Janeiro: WVA, 1999

CASASSUS, Juan. *Problemas a la gestión: educativa em América Latina: la tensión entre los paradigmas de tipo A y de tipo B*. In "Em Aberto" (INEP – MEC), Volume 09, nº 75, julho, 2002.

FREIRE, P. **Educação e mudança**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

FREITAS, Dirce Nei T. *A gestão educacional na intersecção das políticas federal e municipal*. In: **Revista da Faculdade de Educação (USP)**, V. 24, julho/dezembro, 1998.

FRIGERIO, Graciela. *As reformas educacionais reformam as escolas ou as escolas reformam as reformas?* In: **A educação na América Latina: análise de perspectivas**. Editora da UNESCO, 2002.

KRAWCZYK, Nora & VIEIRA, Lúcia V. *Homogeneidade e Heterogeneidade nos sistemas educacionais: Argentina, Brasil, Chile e México*. In: **Cadernos de pesquisa (FGV – SP)**, V. 26, set/dez, 2006.

MAZZOTTA, M. J. da S. **Educação Especial no Brasil: história e políticas públicas**. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2001.

MAZZOTTA, M. J. da S. **Educação Escolar. comum ou especial?** São Paulo: Pioneira, 1986.

PALHARES, Maria S.; MARINS, S. **Escola Inclusiva**. São Carlos: EDUFSCAR, 2002.

ROMÃO, José Eustáquio. *Política de Ensino Básico nas Municipalidades*. In: **Anais do Congresso de Ciências Humanas, Letras e Artes (Universidade de Viçosa)**, mimeo, 1997.

SAVIANI, Dermeval. *Sistemas de Ensino e Planos da Educação: o âmbito dos municípios*. In: **Revista Educação e Sociedade**, nº 69, dezembro, 1999.

STAINBACK S.; STAINBACK, W. **Inclusão: um guia para educadores**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.

SILVA, O. M. **A Epopéia Ignorada- a pessoa deficiente na história do mundo de ontem e de hoje**. Cedas. São Paulo, 1986.

